

ANC

A corrida da sucessão

Almino Afonso já se prepara para substituir Quéricia

JOÃO BATISTA NATALI *
Da Reportagem Local

O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, reuniu num sítio seus mais próximos assessores no sábado retrasado, comunicando-lhes ser altamente provável que a partir de 15 de maio passaria a substituir definitivamente o governador Orestes Quéricia, que se desincompatibilizaria a tempo para concorrer à sucessão do presidente Sarney.

A margem de dúvida de Almino foi reduzida sensivelmente, não tanto pelo fato de Quéricia estar alardeando sua candidatura. Ao contrário, mantém-se discreto com parcela significativa de seu secretariado, e ainda anteontem reiterou da boca para fora que cumpriria até o fim seu mandato de governador. Mas restaram poucas dúvidas em razão da decisão da Comissão de Sistematização, domingo último, que, antes mesmo de ratificada pelo plenário constituinte, desencadeou a campanha presidencial que tem em Quéricia um dos postulantes pelo PMDB.

Almino Afonso admitiu ontem à tarde a possibilidade de cumprir dois anos e dez meses do mandato titular de quatro anos, para o qual foi eleito como vice-governador. De fato, ao visitar o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) no Instituto do Coração, e após precauções retóricas destinadas a sublinhar que Quéricia nunca assumiu a posição de candidato, declarou que completaria o mandato, condicionando essa formalidade constitucional à manutenção, pela Constituição a ser promulgada, das atuais regras que permitem a um

vice o exercício definitivo do Executivo vacante, mesmo quando o titular deixou de completar no mínimo a metade do período para o qual foi eleito. Em outras palavras, se os constituintes retomarem dispositivos que vigoraram entre 1946 e 1967, que previam novas eleições caso aquele período não fosse cumprido pelo titular, o vice-governador renunciaria para disputar a convenção que indicaria o concorrente peemedebista à sucessão antecipada no Estado.

O roteiro de Almino é apenas um indicio complementar das mais que óbvias ambições do governador de São Paulo. Elas transparecem há tempos com os gastos publicitários do Palácio dos Bandeirantes, e são hoje refletidas por um "état d'esprit" de assessores que evitam comentar o assunto com terceiros. Alguns deles foram informados por Quéricia que, em conversa reservada durante sua última passagem por Belo Horizonte (MG), o governador local, Newton Cardoso, com um grau de sinceridade considerado "confiável", discorreu sobre o peso eleitoral de São Paulo na sucessão de Sarney e sobre a importância numérica do PMDB paulista, concluindo que ele, Quéricia, seria o melhor candidato para eleições que então se previa para 1989.

Ainda com relação a outros governadores, a Folha apurou que são consideradas "excelentes, a ponto de surpreender", as relações entre o atual ocupante do Palácio dos Bandeirantes e Miguel Arraes (PE) ou Waldir Pires (BA), este último apontado como o provável companheiro de chapa de Quéricia, caso se mantenha o presidencialismo e se reinstitua

a figura do vice-presidente da República, sumprida pelo anteprojeto votado na Comissão de Sistematização. Pires entraria na composição não apenas por motivos regionais — o Nordeste —, mas sobretudo porque, com um perfil ideologicamente mais definido, de certa forma douraria o brasão de um cabeça de chapa que definitivamente não se enquadra no esteriótipo do dirigente peemedebista "histórico". A dobradinha Quéricia-Waldir não é apenas ventilada em São Paulo, onde, em princípio, os quercistas teriam interesse em apresentar a fórmula como definitiva, para viabilizá-la na espiral acelerada da sucessão de Sarney. Em verdade, ela já circula em Brasília, e antontem mesmo era mencionada, a três constituintes que com ele conversavam no saguão do Anexo 4 do Congresso, pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP).

Outro cálculo que se apurou estar presente na estratégia a curto prazo dos quercistas: impedir qualquer cisão no PMDB, que barre o caminho do governador à condição de um dos dois finalistas no segundo turno da eleição presidencial. Essa cisão é possibilitada por uma das disposições transitórias do substitutivo da Sistematização, que permite a criação provisória de novos partidos com a simples adesão de trinta deputados federais ou senadores. Entre os descontentes que poderiam fazer uso desse recurso, estão os peemedebistas de São Paulo aberta ou veladamente hostis a Quéricia. Para neutralizá-los, só haveria uma alternativa: a negociação.

Colaborou Luiz Antônio Novais



O vice-governador Almino Afonso deixa o Instituto do Coração após visita a Ulysses

Governador quer unir peemedebistas em torno de um só nome à Presidência

Do enviado especial a Brasília

Aprovados preliminarmente os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, deve ampliar para o âmbito nacional o grande acordo entre as lideranças do PMDB paulista que já estava sendo articulado antes da votação de domingo e serviria exclusivamente para a disputa da Prefeitura de São Paulo.

A articulação destina-se "a superar eventuais divergências de lado a lado para que ao menos São Paulo esteja unido", como diz o secretário de Obras do Estado, João Osvaldo Leiva, braço direito e candidato preferido de Quéricia para a Prefeitura.

O próprio Leiva mergulhou fundo nos entendimentos, a ponto de já ter se reunido, em Brasília, com o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e principal opositor de Quéricia no PMDB paulista, e com Sérgio Mota, um dos principais operadores políticos do senador.

A aproximação, conforme a avaliação obtida pela Folha, avançou bastante, a ponto de poder estar

definitivamente amarrada já nos próximos dias.

Mas, agora que a eleição presidencial está à vista, o "acordão" tende a ganhar uma dimensão ainda mais ampla, para envolver não só a Prefeitura paulistana e não só os grupos de Quéricia e Fernando Henrique, mas também os do senador Mário Covas e do ex-governador Franco Montoro, já pensando na sucessão presidencial.

Leiva mantém estreitos contatos com alguns expoentes do "covismo" em São Paulo, como a deputada estadual Guiomar Namó de Mello, o vereador Arnaldo Madeira e o primeiro-secretário do PMDB paulista, José Maria Monteiro.

Mas esses contatos não significam que Quéricia e Covas já tivessem chegado a um acordo, ao contrário dos rumores muito fortes que correm há dias tanto em São Paulo como em Brasília. O acordo, ainda de acordo com os rumores, preveria o apoio de Covas à candidatura Quéricia à Presidência e de Quéricia à candidatura Covas ao governo do Estado em 1990 (o vice-governador Almino Afonso, também candidato a candidato ao governo paulista, sairia da disputa, na medida em que ficaria no governo

durante dois anos, pois Quéricia se desincompatibilizaria para disputar a Presidência).

"Só li nos jornais", comentou ontem o senador Mário Covas a respeito do suposto acordo. Essa negativa é compartilhada também nos círculos mais próximos do governador Orestes Quéricia.

Se não há um acordo, joga a favor dele um fator: pelo que a Folha apurou, Covas compartilha da tese do senador Fernando Henrique segundo a qual é praticamente impossível derrotar uma eventual candidatura Quéricia no âmbito do PMDB. Logo, se Covas quer ser mesmo candidato a governador, como ainda ontem insistiu que é a sua intenção, precisa de um acordo com Quéricia, a menos que pretenda deixar o PMDB.

Contra o acordo, pesa uma avaliação lógica: o entendimento ajudaria Quéricia a ser candidato à Presidência, seria um reforço para a sua campanha, daria a Almino dois anos no Palácio dos Bandeirantes, mas, para Covas, sobreria apenas a expectativa, a médio prazo, de se eleger governador, em um país em que a situação política muda com impressionante velocidade. (Clóvis Rossi)

Covas desiste do presidencialismo 'mitigado' e admite parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

Depois de muita negociação, os parlamentaristas convenceram o senador Mário Covas (PMDB-SP) a abandonar a tese do "presidencialismo mitigado" e apoiar o parlamentarismo mesmo no caso de se fixar sua candidatura a presidente da República, em 1988. "Nós consagramos um fato, vamos lutar para consolidá-lo", disse Covas ontem, sobre a decisão da Sistematização que fixou para 15 de março de 1988 o início do novo sistema de governo.

A nova posição de Covas terá efeito imediato sobre a votação tanto do sistema de governo quanto do mandato do presidente Sarney, no plenário do Congresso constituinte. O segundo alvo dos parlamentaristas, agora, é o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL. Eles temem que a eventual candidatura de Aureliano a presidente seja contra o parlamentarismo.

A Folha apurou que o senador Afonso Arinos e a deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio, articulavam ontem uma reunião com Aureliano e o presidente nacional do partido, Marco Maciel (PE), mais o senador José Richa (PMDB-PR),

para discutirem a campanha eleitoral e o sistema de governo. O objetivo é obter de Maciel e principalmente de Aureliano — dois presidencialistas — o compromisso de que não trabalharão contra o parlamentarismo.

Com Covas esse trabalho foi concluído com êxito na madrugada do domingo, horas antes de a Sistematização votar o mandato de quatro anos para Sarney. Uma longa conversa entre Richa (parlamentarista) e Covas convenceu o senador paulista a incluir no discurso que faria logo mais um compromisso de manter o parlamentarismo, no futuro, o que de fato aconteceu. Foi esse acordo que garantiu o voto pelos quatro anos da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Até então Sandra dizia que iria se abster na questão do mandato. "Eu sempre disse que essa discussão de quatro ou cinco anos para Sarney era contra o parlamentarismo. E o meu negócio é o parlamentarismo", disse ela ontem. Sandra só mudou seu voto para quatro anos quando ouviu o discurso de Covas. O próprio senador, a partir daí, passou a defender a tese com mais desenvoltura.

Ao contrário do que diziam parlamentaristas como Afonso Arinos,

Covas disse ontem que o mandato de quatro anos "beneficiará o parlamentarismo". "Se fosse um mandato de cinco anos, aí sim seria o contrário". Seu raciocínio: se Sarney ganhasse a batalha pelos cinco anos, teria mais condições de reverter a votação do sistema de governo em plenário e trazer de volta o presidencialismo.

Extraír um compromisso semelhante com Aureliano Chaves será mais complicado, devido à pressão da bancada do partido, que insiste em presidencialismo com eleição em 88. "Se Aureliano quiser ser candidato a presidente (pelo PFL) tem que lutar pela continuidade do presidencialismo", disse ontem o deputado Jaime Santana (PFL-MA).

Santana acusou Aureliano, ontem, de não ter exercido seu poder de influência junto aos constituintes da Sistematização (pelo menos seis votos) em defesa do presidencialismo. "Ele se omitiu", disse. O deputado quer a candidatura de Aureliano lançada imediatamente, pois esta seria a única forma de garantir a já precária unidade do PFL. E também porque esse fato poderia reverter a tendência parlamentarista do Congresso constituinte.

Roberto Faustino